DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 6779/2016

PROCESSO TC/MS	: TC/3552/2015
PROTOCOLO	: 1576525
ÓRGÃO	: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL - PGJ
JURISDICIONADO	: HUMBERTO DE MATOS BRITTES
CARGO DO JURISDICIONADO	: PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
ASSUNTO DO PROCESSO	: CONCESSÃO PENSÃO POR MORTE
ÓRGÃO JULGADOR	: JUÍZO SINGULAR
RELATOR	: CONS. IRAN COELHO DAS NEVES
INTERESSADO	: LUCIMAR RIVAROLA DE ARAUJO SILVA

EMENTA

CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE – OBSERVÂNCIA DE NORMAS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS PERTINENTES – PELO REGISTRO.

O processo em epígrafe se refere à concessão de Pensão por Morte, à beneficiária Lucimar Rivarola de Araújo Silva (Cônjuge) do ex-servidor Givaldo Tenório da Silva, o qual pertencia ao quadro permanente do Ministério Público Estadual, conforme Portaria nº092/2015.

A Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal, através da análise conclusiva ANA - ICEAP - 30336/2015 (fls. 35 - 37), se manifestou pelo registro da Concessão de Pensão por Morte, tendo em vista que esta foi concedida regularmente a interessada, em conformidade com as normas vigentes, com a tempestividade na remessa dos documentos obrigatórios a esta Corte de Contas, com os elementos constitutivos probatórios devidamente demonstrados.

O Ministério Público de Contas analisou os documentos acostados e por meio do parecer PAR - MPC - GAB.1 DR.JAC/PROCURADOR GERAL -

12664/2016 (fl. 38), opinou favoravelmente ao Registro da Pensão em apreço, uma vez que foram cumpridas as exigências regimentais e legais pertinentes.

É o relatório.

Conclusos vieram-me os presentes autos para relatar.

Cumpridos os pressupostos processuais, estando regularmente instruído, passo ao exame do mérito, nos termos do artigo 112, Parágrafo único, II, "b" do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa nº76/2013.

Ao analisar os autos verifico a pensão por morte foi concedida com base no art. 40, § 7º, II da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 41/2003, combinado com o art. 44, II da Lei 3.150/2005, conforme Portaria 092/2015, publicada no Diário Oficial do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul nº 971, de 19 de janeiro de 2015.

Assim, a legalidade e a tempestividade do ato conduzem ao registro da pensão.

Diante do exposto, nos termos do artigo 21, inciso III, e artigo 34, inciso II, ambos da Lei Complementar n° 160, artigos 9º, 10, I, e 173, I, "b", todos do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, acolho o parecer ministerial e passo a decidir.

DECIDO:

1- Pelo **REGISTRO** do ato de Concessão de Pensão por morte à beneficiária **LUCIMAR RIVAROLA DE ARAÚJO SILVA**, CPF n° 230.545.141-53, cônjuge do ex-servidor **GIVALDO TENORIO DA SILVA**, do quadro permanente do Ministério Público Estadual;

2- Pelo retorno dos autos à Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal para as anotações de estilo, nos termos do art.174, II, "a", do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

É a decisão.

Publique-se, nos termos do art. 50, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, § 2º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

Campo Grande-MS, 27 de julho de 2016.

Cons. Iran Coelho das Neves
Relator